



APRESENTAÇÃO

Entre os dias 30 de maio e 2 de junho, centenas de professores, pesquisadores e estudantes das mais diversas regiões do país se reuniram na Universidade de Campinas para discutir a *Restauração Neoliberal e as Alternativas na Periferia em Tempos de Crise do Capitalismo*, no XXII Encontro Nacional de Economia Política. A atmosfera e as inquietações produzidas naqueles intensos dias de debate foram materializadas em um documento escrito, a Carta de Campinas. Já há algumas edições da Revista da SEP, este Comitê Editorial tem sido obrigado a apresentar aos leitores uma avaliação da conjuntura econômica brasileira (e mundial) desanimadora. Seria ótimo poder começar esta edição com uma nota de otimismo, mas infelizmente os tempos ainda não mudaram. Ainda sem poder alterar nossas perspectivas imediatas, podemos ao menos oferecer, agora, ao público, uma avaliação que reflete uma consciência crítica coletiva, com a esperança de que essa mobilização conjunta seja capaz de nos conduzir a dias melhores. Nesse sentido, reproduzimos aqui, na íntegra, a Carta de Campinas que os associados à Sociedade Brasileira de Economia Política, reunidos na Assembleia de 2 de junho de 2017, aprovaram:

CARTA DE CAMPINAS

O cenário econômico e político do país deteriorou-se com muita rapidez no primeiro ano do governo ilegítimo, autoritário, antidemocrático e, no limite, imoral, de Michel Temer. Hoje, o Brasil encontra-se numa crise de enorme gravidade, cujos desdobramentos ainda não estão claros, mas são certamente ameaçadores. Há 14 milhões de desempregados/os, dezenas de milhões de subempregados/os e, a

estes, a falência dos entes federativos acrescenta outro contingente de trabalhadoras/es cujos salários são recorrentemente pagos com atraso. A miséria grassa nas cidades e no campo.

Por outro lado, a paralisa da economia brasileira desperta o anseio da rapinagem do grande capital sobre os fundos e orçamento públicos: a despesa com juros da dívida pública, rubrica que não foi atingida pelas políticas de austeridade, consumiu aproximadamente 437 bilhões de reais nos últimos 12 meses (o equivalente a 7% do PIB). Os efeitos da crise, portanto, pesam desigualmente sobre os ombros dos capitalistas e das/os trabalhadoras/es.

Um cenário com tal dramaticidade não poderia senão provocar uma imediata turbulência político-social. A ofensiva neoliberal, como sempre, aproveita o momento para promover ataques aos direitos essenciais das/os trabalhadoras/es sob formas diversas: projetos de reformas trabalhista e previdenciária somam-se à já aprovada reforma fiscal, que comprimirá, especialmente, os gastos sociais por nada menos que duas décadas. O falacioso argumento de que essas medidas são necessárias para a superação da crise capitalista tem por contrapartida a escolha de suas principais vítimas para o sacrifício. Caso sejam aprovadas as reformas, a precarização do trabalho que fatalmente resultará da reforma trabalhista será agravada pela perda de direitos previdenciários. Por outro lado, o orçamento público, agora atingido pelo congelamento de gastos, será incapaz de incorporar os milhões de seres humanos que serão lançados à própria sorte.

Neste cenário de restauração neoliberal e tragédia social, emerge uma resistência, cada vez mais organizada, da classe trabalhadora, que também se expressa sob formas diversas: desde campanhas contra as reformas até a forma excepcional de greve geral. O aparato repressivo do Estado, um dos raros itens do orçamento fiscal relativamente preservado, tem sido mobilizado com todo vigor contra a resistência popular. São exemplos o uso de armas de fogo contra manifestantes

em Brasília, o cerco violentíssimo ao ato realizado no Rio de Janeiro no dia da greve geral (28 de abril), e mesmo políticas genocidas, como as aplicadas pelo prefeito de São Paulo e pelo governador do Pará.

O aparato ideológico e midiático que sustenta a ofensiva neoliberal ainda não alcançou um consenso para a saída da crise política, mas reafirma de modo unânimo, a cada momento, as prescrições privatistas e contrarreformistas como única solução para a economia. A Sociedade Brasileira de Economia Política sempre apresentou e continuará a apresentar alternativas nos campos teórico, normativo e de formulação de políticas para enfrentar os problemas mais imediatos que afligem o país, mas entende que o momento requer apoio e participação de suas/seus associadas/os nos movimentos populares de enfrentamento e resistência à restauração neoliberal em curso. As palavras de ordem mais do que nunca são: “Nenhum direito a menos”, “Fora Temer” e “Diretas já”.

*Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)
Campinas, 02 de junho de 2017.*

Com a publicação da Carta, esperamos inaugurar uma tradição de sempre tentar, na primeira edição publicada após ENEP, reproduzir o espírito do que foi o Encontro – e torçamos para que os próximos possam vir carregados de expectativas mais alvissareiras!

A seção de artigos desta 47ª edição da Revista da SEP é aberta com dois textos que propõem a reflexão sobre alguns dos temas que, sem sombra de dúvidas, mais têm preocupado economistas nos tempos modernos – desemprego e inflação –, a partir de tradições teóricas distintas, mas convergentes em propor a necessidade de discuti-los à luz da sociedade de classes e das relações políticas

e de poder. O primeiro deles, “Desemprego e subdesenvolvimento: considerações políticas na visão kaleckiana do capitalismo”, de Marcelo Soares de Carvalho, revisita a obra de M. Kalecki para debater os dilemas estruturais que enfrentam as sociedades capitalistas, especialmente em nações subdesenvolvidas. Em seguida, Rubens Sawaya, no artigo intitulado “Inflação como relação de poder: uma análise a partir da teoria dos preços em Marx”, estabelece, por meio de um resgate de K. Marx, uma crítica às teorias ortodoxas (dominantes) sobre a inflação.

Na sequência, temos, neste número, três artigos que, de formas distintas, invocam problemas ligados ao caráter desigual do desenvolvimento capitalista no plano mundial. Flávio Miranda, em “Teoria do valor e mercado mundial em Marx: desenvolvimento desigual e dominação internacional”, aborda estas questões partindo diretamente da discussão sobre o mercado mundial e a existência de transferências internacionais de mais-valor. Já os artigos “Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia”, de Jayme Osorio, e “Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini”, de Gil Félix, tratam de temas correlatos – com foco no problema da renda da terra e da categoria exército industrial de reserva, respectivamente –, tomando por base a chamada Teoria Marxista da Dependência.

A seção de artigos é encerrada com “O Materialismo Dialético Aplicado ao Processo de Evolução da Sociedade: um resgate da teoria dos modos de produção”, de autoria de

Antonio Carneiro de Almeida Júnior e Nelson Rosas. Ali, os autores buscam retomar o debate sobre os modos de produção na tradição marxista, abrindo diálogo crítico com outras interpretações correntes sobre o assunto.

Nesta edição, a seção de resenhas apresenta dois trabalhos. Eleutério Prado resenhou “O problema da crise capitalista em O Capital de Marx”, de autoria de Hector Benoit e Jadir Antunes. Finalmente, Gustavo Moura de Cavalcanti Mello resenhou a obra “Finance Capital today: corporations and banks in the lasting global slump”, de François Chesnais.

Por último, gostaríamos de alertar aos leitores que, com o objetivo de tornar mais fácil aos leitores o acesso aos complementos e referências do texto principal, a partir desta edição, as notas de fim foram substituídas por notas de rodapé.

O Comitê Editorial reitera os agradecimentos às instituições que viabilizaram a realização do XXII Encontro Nacional de Economia Política: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Comitê Editorial